

FOLHA DE SÃO PAULO

- 2007 1985

ANC

ANC 88

Pasta 10/85-1

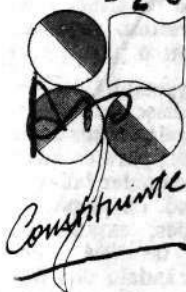
021/1985

Conselho provoca impasse na negociação

FOLHA DE SÃO PAULO

De Sucursor de Arcefflio

- 2 OUT 1985



Um impasse nas negociações em torno da emenda do governo de convocação da Constituinte começou a ser delineado ontem com a decisão do Conselho Político de não admitir nenhum projeto substitutivo, ao contrário do que preten-

dia o relator da comissão mista do Congresso que aprecia a matéria, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), 45. Em reunião mantida com o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 68, o relator identificou "os dois pontos cruciais da negociação": a pressão da sociedade civil por uma Constituinte exclusiva, e a concessão de uma nova anistia — a civis e militares não-beneficiados pela lei de anistia assinada pelo ex-presidente Figueiredo —, de caráter amplo, geral e irrestrito.

Para atenuar as críticas ao governo pela concessão de poderes constituintes ao futuro Congresso, Ulysses examinou com Bierrembach a possibilidade de propor um referendium, após a promulgação da nova Carta constitucional, indagando à sociedade se concorda ou não em manter o mandato congressual dos constituintes.

Levada ao Conselho Político, a

idéia recebeu críticas da parte do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), 52, para quem a proposta "nega a validade da própria Constituição que se quer redigir". Bierrembach, no entanto, disse que vai examinar a idéia, podendo adotá-la em substituição à proposta da figura do delegado constituinte, sem mandato legislativo, sugerida pelo deputado João Gilberto (PMDB-RS), 40.

Quanto à anistia, o relator declarou que "é possível negociar uma solução conciliatória", admitindo, por exemplo, examinar a concessão de promoção aos militares cassados, mas mantendo-os na reserva.

Desincompatibilização

Bierrembach revelou também que o presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MS), 69, comunicou aos dirigentes da Aliança Democrática que "há quase um consenso" naquela Casa pela aprovação de um prazo de desincompatibilização dos ocupantes de cargos públicos da ordem de nove meses.

O relator anunciou também a concordância de Ulysses Guimarães com a proposta, formulada em subemenda pelo deputado Pedro Colin (PFL-SC), de separar a data das eleições dos governadores, que seriam mantidas a 15 de novembro, da dos deputados e senadores constituintes, que ocorreriam a 7 de setembro do próximo ano.

Dessa forma, se for adotado o prazo de desincompatibilização de

nove meses e a antecipação da data das eleições dos constituintes, os que quiserem disputá-las teriam que deixar os cargos até 7 de dezembro próximo. Bierrembach entende que o mais conveniente seria adotar um prazo de desincompatibilização que começa a contar a partir de 1º de janeiro vindouro. O líder Pimenta da Veiga (PMDB-MG), 38, comunicou ao deputado Flávio Bierrembach o propósito de colocar a matéria em discussão e votação no plenário da Câmara "no máximo até o final de outubro".

Inclinação pelo substitutivo

No próximo dia 8, o relator apresentará seu parecer à comissão mista. Disse que continua inclinado pela adoção de um projeto substitutivo, embora o Conselho Político do governo não o queira. "É quase inevitável que venha a fazê-lo — sublinhou — porque vejo que entre a proposta do governo e o desejo da sociedade civil existe uma diferença muito grande".

Se o governo enfrentar a posição do relator no âmbito da comissão mista e derrotá-la, um novo parecer terá que ser providenciado. Mas, nesse caso, aumentaria o coro de descontentamento com a proposta do governo, que consegue congrega hoje uma centena de parlamentares de todos os partidos, segundo avisou ontem um dos coordenadores do movimento, deputado José Genoíno (PT-SP), 49, ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, durante o horário reservado à comunicação de liderança.